

**IAOD dos Deputados Kou Kam Fai, Chan Hou Seng e Ma Chi Seng
em 10.11.2022**

**Aperfeiçoar o planeamento do desenvolvimento da educação e dos jovens,
caminhando bem para o desenvolvimento da nova era**

Segundo o relatório do 20.º Congresso do Partido Comunista da China (PCC), “uma nação é forte quando os seus jovens são fortes”. Os jovens são o futuro de Macau, por isso, “a prosperidade dos jovens significa prosperidade para Macau”. Desde o seu estabelecimento, a educação e os jovens têm sido as áreas fundamentais da governação da RAEM, através da implementação dos conceitos governativos de “Promover a prosperidade com a Educação” e de “Construir Macau com formação de talentos”. Os jovens de Macau estão a enfrentar novas oportunidades de desenvolvimento e, para promover de forma mais eficaz os trabalhos juvenis, e para que possam assumir a responsabilidade histórica que lhes é atribuída na nova era, é importante promover o desenvolvimento a longo prazo de Macau, e fazer um bom planeamento das políticas de educação e de desenvolvimento dos jovens.

Para o efeito, apresentamos duas sugestões:

1. Aperfeiçoamento do planeamento da acção governativa na área da educação e alargamento dos espaços de desenvolvimento dos jovens

O planeamento educativo e a política de juventude devem corresponder ao desenvolvimento actual e também à procura futura, a fim de responder às necessidades nucleares dos talentos sociais. Face às exigências da diversificação adequada da economia de Macau, temos que reforçar a coordenação entre o ensino superior e o ensino básico, garantir o investimento de recursos em diversas áreas, e acompanhar a evolução dos tempos no desenvolvimento educativo e na formação dos jovens, em articulação activa com o desenvolvimento nacional e as necessidades de Macau, e com a implementação e integração na estratégia de desenvolvimento nacional.

O ensino superior deve seguir as orientações das principais indústrias, aproveitar as oportunidades da Zona de Cooperação Aprofundada, concretizar os trabalhos de formação de talentos e promover a inovação científica e tecnológica, e a transformação dos seus resultados; o ensino básico deve melhorar ainda mais a construção da equipa de professores, optimizar a eficácia da formação de talentos na área da ciência e da tecnologia, e desenvolver plenamente o papel central do ensino básico para apoiar a procura de talentos na sociedade. Para a formação dos jovens, deverá ainda concretizar-se a Política de Juventude de Macau (2021-2030), proporcionando actividades diversificadas para estes e para os estudantes, ajudando-os a ter boa condição física, e as qualidades científica e psicológica, proporcionando-lhes espaço para o seu desenvolvimento, ajudando-os a integrarem-se na conjuntura do desenvolvimento nacional e

dando-lhes força para progredirem.

2. Desenvolver a ciência e a tecnologia em articulação com a prosperidade da China através da ciência e da educação

É necessário equipar activamente a nova geração de jovens com as capacidades necessárias para o século XXI, formando-se os talentos em inovação científica que, no futuro, poderão contribuir para o País e para Macau. Deve-se promover a inovação de forma generalizada, interessante e diversificada nas escolas primárias e secundárias. Trata-se, neste momento, de um grande tema que carece da participação conjunta de todos os sectores sociais. Além disso, devemos desenvolver ainda mais o papel de liderança da indústria, da academia e da investigação, aprofundar a ligação e a cooperação entre as universidades, escolas primárias e secundárias e as grandes empresas de inovação científica e tecnológica, criar mais plataformas de demonstração de produtos de investigação científica e de “design”, e conduzir activamente a interacção de todos os sectores.

Um novo projecto magnífico e colorido, uma nova viagem repleta de ideais ambiciosos. No passado, o investimento de recursos na educação e nos trabalhos juvenis manteve-se estável, o que demonstra que o Governo deu muita atenção às linhas de acção educativa e juvenil. No futuro, temos de seguir o plano geral de desenvolvimento e a direcção que foi definida para Macau, e de nos mantermos numa posição estratégica de divulgação da causa de “um País, dois Sistemas” de geração em geração, e de optimização contínua da educação e dos trabalhos juvenis, preparando-nos para o futuro e unindo forças. Há que promover, em conjunto, a educação, para que os trabalhos juvenis continuem a progredir, criando um futuro brilhante para Macau.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 10.11.2022

Nos últimos anos, verificou-se uma prosperidade da economia digital no nosso país. Segundo o “Relatório sobre o Desenvolvimento da Economia Digital da China (2022)”, o volume de negócio da economia digital já atingiu 455 triliões de renminbi, um aumento de 16,2% em relação ao ano anterior, representando 39,8 por cento do PIB, em particular, o valor da economia digital da província vizinha de Guangdong atingiu 5,9 biliões de renminbi, ocupando o topo do país durante 5 anos consecutivos. Isto demonstra que a economia digital já passou a ser um novo ponto de crescimento económico.

O desenvolvimento da economia digital em Macau ainda está no início, e nas LAG de Hong Kong para o próximo ano, já se refere a economia digital, por exemplo, vão-se aplicar esforços para atrair em primeiro lugar as empresas relevantes que trabalham com a inteligência artificial e dados. Nesta era digital, o Governo deve aproveitar bem a tendência do desenvolvimento, e definir antecipadamente planos sobre a economia digital, incluindo a definição do respectivo enquadramento jurídico necessário e a promoção do desenvolvimento da indústria digital, com vista a uma boa estrutura de “cima para baixo”. O desenvolvimento da economia digital está especialmente dependente do sustento das redes 5G, dos centros de dados e das infra-estruturas de telecomunicações, pelo que sugiro ao Governo que acelere a construção das infra-estruturas para a digitalização e crie uma rede 5G que dê cobertura a toda a região, com vista a apoiar fortemente o desenvolvimento de alta qualidade da economia digital.

Em segundo lugar, os dados são elementos para a produção na economia digital, por isso sugere-se ao Governo que aperfeiçoe a plataforma de acesso aos dados, eleve a sua aplicabilidade, e pondere construir uma plataforma para o acesso aos dados das empresas públicas e privadas; a longo prazo, é possível tomar como referência as normas reguladoras das transacções de dados do Interior da China, para iniciar os trabalhos e mais tarde desenvolver gradualmente um modelo de transacções de dados adequado a Macau, transformando os chorudos recursos digitais em valores que circulem de forma segura; e ainda ser proactivo na criação de pontos-piloto na zona de cooperação aprofundada, para maximizar o valor económico potencial dos dados. Mais, a economia digital está estreitamente relacionada com o pagamento electrónico e as finanças digitais. Neste momento, a proposta de lei sobre a moeda digital já entrou na Assembleia Legislativa, e uma vez aprovada na especialidade, espera-se que o Governo aproveite as oportunidades do desenvolvimento nacional da digitalização do Renminbi e, com base na experiência de Hong Kong sobre a criação de pontos-piloto sobre o Reminbi digitalizado, estude o uso transfronteiriço do Renminbi digital, lutando desse modo para a criação de pontos-piloto sobre o Reminbi digital.

(Tradução)

Para terminar, não posso deixar de mencionar que o risco da segurança de dados e a proteção da privacidade pessoal são os principais desafios no desenvolvimento da economia digital. Proponho ao Governo que estude rapidamente as leis e regulamentos relevantes, a fim de proteger os dados dos residentes a nível jurídico, e regulamente o desenvolvimento e a utilização racional dos dados. Mais, proponho o reforço da segurança das instalações da rede e, a longo prazo, a formação dos respectivos talentos para lidar com os riscos de segurança decorrentes da era digital.

**IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Wu Chou Kit e Pang Chuan em
10.11.2022**

**Optimização da gestão da rede 5G e construção de uma
cidade turística inteligente**

No Relatório das LAG para 2022, “a concessão da licença 5G para acelerar a construção da rede 5G” é um trabalho definido no âmbito das infra-estruturas urbanas. Recentemente, o Governo concluiu o concurso público para a concessão das respectivas licenças. De acordo com os despachos do Chefe do Executivo, as licenças 5G foram adjudicadas à CTM e à China Telecom (Macau), válidas por oito anos. Os titulares das licenças devem iniciar a prestação dos serviços comerciais no prazo de 12 meses a contar da data de emissão da licença, bem como construir, por iniciativa própria, um sistema capaz de atingir a cobertura, com boa qualidade, de 50 por cento do território da RAEM, providenciando, nos 18 meses seguintes, a cobertura, com boa qualidade, da totalidade do território, mediante a construção do sistema, por iniciativa própria, em conjunto com outras partes ou através de partilha.

A tecnologia de comunicação móvel da quinta geração pode fornecer serviços de telecomunicações móveis rápidos e estáveis a toda a população de Macau. As tarifas a cobrar pelos operadores constituem a nossa maior preocupação, pelo que se espera que sejam prestados serviços de melhor qualidade, mediante tarifas razoáveis e acessíveis. Espera-se ainda que os serviços 5G possam ajudar Macau na construção da cidade inteligente, e no desenvolvimento do turismo e da saúde inteligentes, por forma a acelerar a diversificação adequada das indústrias, e a promover a integração de Macau na Grande Baía e a sua convergência com os padrões internacionais.

Apresentamos a seguir três sugestões para consideração dos serviços e entidades competentes:

1. O serviço 5G tem a função de ligação à Internet das Coisas, podendo ser ligado a diferentes sensores, o que contribui para o desenvolvimento da cidade inteligente. Claro que é desejável que as tarifas sejam mais baixas do que as do 4G, mas as tarifas do 5G têm a ver também com os custos da rede, o que está estritamente relacionado com a liberalização dos activos em regime de exclusividade e a concorrência leal;

2. Enquanto elemento turístico da cidade inteligente, o metaverso pode, em conjugação com o 5G, permitir que os cidadãos e turistas acedam à realidade virtual, quando visitarem as construções históricas do património cultural;

3. Aproveitando a tecnologia do 5G, pode promover-se a circulação dos veículos sem condutor entre as novas zonas urbanas, as zonas escolares e o hospital das ilhas, em adaptação ao desenvolvimento futuro.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 10.11.2022

Desenvolver com passos seguros a supervisão das actividades financeiras transfronteiriças mediante “sandboxes”

Segundo o “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, *“irá aumentar-se a ligação entre o mercado financeiro na Zona de Cooperação e os mercados financeiros off-shore em Macau e Hong Kong, e irão procurar-se novas formas de abordagem da construção de um sistema de cercas electrónicas, bem como promover-se o alto nível de liberalização primordial do mercado financeiro na Zona de Cooperação.(...) irão procurar-se novas formas de abordagem da realização de movimentos livres de capitais transfronteiriços na Zona de Cooperação e irá impulsionar-se a convertibilidade da conta de capital”*. O sector tem vindo a propor estudos sobre a criação, através de “sandboxes”, de um mecanismo experimental de supervisão de actividades financeiras transfronteiriças. Mas há que ter em atenção que, no nosso entender, existe uma grande diferença entre o actual modelo internacional de “Regulatory Sandbox”, na supervisão financeira, e a ideia do modelo de “Sandbox” no contexto da referida Zona. Em termos de objectivos, condições de acesso e supervisão dos riscos, as diferenças são as seguintes:

Primeiro, o modelo de “sandbox” da supervisão financeira existente visa, em grande medida, incentivar a inovação financeira no âmbito empresarial, criando um sistema correspondente que favorece a inovação ao nível de produtos e negócios, mas cujos efeitos no sistema financeiro são limitados. Actualmente, a Zona de Cooperação Aprofundada está a explorar inovações em sistemas financeiros regionais, especialmente no que respeita ao fluxo monetário transfronteiriço e à construção de mercados de títulos, por isso, do ponto de vista da criação de objectivos, o actual modelo de “Sandbox” de supervisão financeira não pode ser transplantado plenamente para essa Zona, e é necessário proceder à sua modificação para se adaptar aos objectivos da reforma da Zona de Cooperação Aprofundada.

Segundo, o modelo de uso corrente para a supervisão de “sandboxes” na área financeira limita-se a definir as condições de acesso sobre a idoneidade do promotor. Este critério tem a vantagem de ser simples e fácil de gerir, mas, devido às exigências reais relativamente à troca livre de três moedas na Zona de Cooperação Aprofundada, o recurso apenas ao referido critério apresenta riscos e não é conveniente para uma supervisão mais meticulosa do promotor.

Terceiro, o actual modelo de supervisão de “sandboxes” na área financeira centra-se na protecção dos interesses dos consumidores financeiros, enfatizando a possibilidade de controlar os riscos inerentes a produtos ou actividades, e isto é devido aos actuais objectivos traçados para a supervisão de “sandboxes”. Quanto à inovação ao nível institucional, a troca livre de três moedas nessa Zona vai enfrentar mais desafios complexos, por isso, as medidas de supervisão de riscos

devem ser mais completas.

Ao mesmo tempo, o actual modelo de “Regulatory Sandbox”, na supervisão financeira, pode servir de referência para a Zona de Cooperação Aprofundada, e é necessário continuar a aplicar os actuais critérios de acesso e de supervisão do sujeito no actual modelo de “Regulatory Sandbox” nessa Zona. Além disso, quanto à limitação do sujeito, o actual modelo já possui experiências aperfeiçoadas que podem servir de referência. Mais, os elementos importantes para a conversão das três moedas são as contas, assim é necessário ponderar o critério do sujeito e da conta para a admissão, e regular profundamente o modelo de “Regulatory Sandbox”, o que é favorável à inovação financeira e à supervisão de riscos. Quanto à prevenção de riscos, o actual modelo de “Regulatory Sandbox” contém vários sistemas e regimes que podem servir de referência para a prevenção de riscos e a protecção dos direitos e interesses dos consumidores. Tendo em conta a situação da Zona, nomeadamente, os problemas como a transferência transfronteiriça de activos, a arbitragem e o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e a volatilidade dos preços dos activos, estes podem tornar-se num enorme risco financeiro para essa Zona, portanto, é necessário proceder à supervisão dos riscos.

A necessidade da “sandbox” de supervisão na Zona de Cooperação Aprofundada é muito diferente das existentes internacionalmente, porque essa Zona envolve não só uma noção geográfica, mas também uma rede de fiscalização invisível que regula a circulação de capitais e a criação de contas, isto é, com base nos critérios do acesso dos sujeitos e das contas, utiliza-se uma barreira electrónica para controlar os fluxos de capitais e os riscos. O sujeito de fiscalização é uma instituição financeira responsável pela supervisão e gestão do funcionamento da caixa, que, no âmbito desta, determina a direcção das actividades financeiras e supervisiona os riscos financeiros. Para assegurar a estabilidade financeira da caixa, é preciso estabelecer condições para o seu acesso. Face à movimentação de fundos e aos riscos potenciais dentro da caixa ou entre caixas diferentes, é necessário haver uma barreira electrónica para uma vigilância atempada, e aperfeiçoar o mecanismo de supervisão de riscos.

Pelo exposto, sugere-se aos serviços competentes que, ao estudar o projecto da “sandbox financeira”, partam das entidades fiscalizadoras, das condições de acesso, da fiscalização de riscos, e da respectiva dimensão e evolução, com vista à realização devida de análise, discussão e verificação.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 10.11.2022

Construção do *hardware* judicial

Desde o retorno de Macau à Pátria, o Governo da RAEM tem prosseguido, de forma plena e precisa, o princípio “um País, dois Sistemas”, cumprido a respectiva ordem constitucional, defendido a equidade e a justiça, governado nos termos da lei, e respeitado e defendido a independência do poder judicial como sempre. Tem dado ainda grande importância à formação de funcionários de justiça, apoiado a optimização do *software* e *hardware* dos órgãos judiciais, e promovido, em conjunto com os sectores judiciário, jurídico e sociais a construção do Estado de Direito em Macau, o que contribuiu significativamente para o sucesso da implementação do referido princípio na RAEM, cujos resultados foram reconhecidos.

Nos últimos anos, o Governo empenhou-se na informatização do funcionamento judicial. Foram introduzidos meios electrónicos no regime processual, melhorados os serviços externos dos tribunais, incluindo a apresentação das peças processuais e o pagamento das custas judiciais através de meio electrónico. Os pedidos de notificação de actos judiciais e de produção de provas por via postal com o Interior da China passaram a ser remetidos por via electrónica. Estes trabalhos contribuíram para aumentar a eficiência judicial e dar uma resposta positiva às solicitações da sociedade a longo prazo, o que merece o nosso reconhecimento. Com o apoio do Governo, a obra de construção dos Edifícios dos Tribunais das Três Instâncias já se encontra na fase da apresentação de projectos elaborados após a adjudicação da obra de fundações e caves. As autoridades judiciárias esperam que a obra seja concluída dentro do prazo previsto, para proporcionar um espaço de trabalho mais adequado e suficiente.

Do recente julgamento sobre actividades ilícitas de jogo, ficámos a par da insuficiência das instalações dos tribunais. Este problema arrasta-se há muitos anos e afecta a realização dos julgamentos. Por exemplo, como a sala do julgamento tem pouco espaço, é necessário restringir a entrada e a saída das pessoas que pretendem assistir à audiência pública, ou até cancelar os lugares para o público, o que afecta inevitavelmente a transparência e a justiça em relação ao julgamento. Mas, se se mantêm os lugares para o público, é preciso reduzir os lugares para as equipas de advogados e, assim, os mesmos não podem obter o apoio dos colegas, e dificilmente conseguem, num curto espaço de tempo e nas pastas grossas, encontrar, rapidamente e com precisão, os documentos necessários e apresentá-los ao juiz. Às vezes, até não há espaço suficiente para o depósito de documentos e livros pelas equipas de advogados, o que, sem dúvida, causa limitações nos direitos das pessoas envolvidas, nomeadamente o direito de defesa, bem como nos direitos dos arguidos.

Sugiro então o seguinte: as autoridades devem ouvir com seriedade as necessidades de utilização de espaço por parte dos interessados dos órgãos judiciais, rever e acompanhar a falta de instalações e a distribuição dos espaços dos tribunais, e dar importância a um direito que a lei atribui expressamente aos advogados, isto é, os mesmos têm o direito de ter uma sala reservada nas instalações dos tribunais.

Tal como foi referido nas informações divulgadas, espero que o Governo promova, quanto antes, a implementação das obras de construção do Edifício dos Tribunais, aperfeiçoe a distribuição dos espaços e faça bem a instalação dos equipamentos complementares como o sistema informático, tendo em conta as necessidades de utilização das diversas subunidades dos tribunais, para assegurar o normal funcionamento das diversas instâncias. Mais, o Governo deve continuar a otimizar e a apoiar a construção do *hardware* e do *software* do sistema judicial, e a defender os legítimos direitos e interesses dos residentes, equipas de advogados, pessoas colectivas, etc., para assegurar a implementação integral e eficaz do princípio “um País, dois Sistemas”.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 10.11.2022

O envelhecimento populacional é grave, e para aumentar a qualidade de vida dos idosos, é indispensável um ambiente seguro e confortável, para além dos cuidados de saúde e do bem-estar social. “Ter uma vida condigna na velhice” tem sido, nos últimos anos, uma das tarefas prioritárias do Governo, e os progressos alcançados no projecto das residências para idosos foi, particularmente, elogiado pela sociedade. Os idosos estão ansiosos com estas residências, por isso, esperam que o Governo divulgue, quanto antes, os requisitos de candidatura, para se poderem candidatar quanto antes.

Segundo os dados disponíveis, mais de 4 mil idosos vivem em casa própria em edifícios antigos. Segundo muitos residentes, o ambiente é desagradável, faltam elevadores, assim, subir e descer escadas dificulta muito a vida dos idosos, e nalguns edifícios antigos há infiltrações de água, portanto, as condições de higiene têm de melhorar. O Governo acelerou a construção das residências para idosos, porém, a primeira fase só tem 1800 fracções que só vão estar disponíveis em 2024, e com o tempo, o envelhecimento da população vai agravar-se ainda mais. Segundo algumas opiniões da sociedade, é provável que as 1800 fracções não consigam satisfazer a procura, por isso, antes de se avançar com a construção da primeira fase, deve proceder-se a um estudo aprofundado sobre a procura no futuro e, com base nos respectivos resultados, proceder ao planeamento da segunda e terceira fase.

Quanto à candidatura às residências para idosos, o Governo deve clarificar, quanto antes, os requisitos de selecção. O Governo referiu que os destinatários são apenas os idosos que vivem em casa própria em prédios antigos, com a expectativa de que arrendem a sua casa para depois arrendarem uma residência. Mas, as rendas nos prédios antigos são baixas, muitos idosos não conseguem assegurar as reparações, e ainda têm de pagar quantias elevadas com as reparações e a limpeza, e nem todos têm capacidade financeira e força para tratar disto. Neste momento, o mercado de arrendamento está estagnado e é difícil encontrar arrendatários. Mesmo que os idosos consigam arrendar as suas casas, pode haver atrasos ou falta de pagamento das rendas, ou problemas com a administração predial, e segundo algumas opiniões, na prática, é difícil conseguir pagar as despesas com as residências para idosos com o arrendamento das casas antigas, portanto, sugere-se ao Governo que crie um serviço específico para apoiar os idosos na resolução dos problemas ligados ao arrendamento das suas casas. Ao mesmo tempo, espera-se que este avalie, de forma dinâmica, o nível das rendas, para que os idosos possam viver nessas residências com rendas mais favoráveis.

Mas há ainda muitos idosos que não têm casa própria e que, devido à falta de condições económicas, não conseguem suportar as rendas elevadas dos prédios com elevadores, por isso, só podem arrendar fracções em prédios antigos e

degradados sem elevadores ou mesmo fracções subdivididas. As instalações velhas e obsoletas afectam gravemente a sua qualidade de vida, e os electrodomésticos velhos podem mesmo constituir um risco para a segurança. Mas, como os seus rendimentos e património ultrapassam o limite máximo fixado para a candidatura à habitação social, não podem beneficiar da política de habitação social. Estes idosos também necessitam urgentemente de alojamento nas residências para idosos. Espero que o Governo tenha em conta a situação real dos diversos grupos de idosos e relaxe, de certo modo, os requisitos de candidatura, para satisfazer, na medida do possível, as necessidades habitacionais dos idosos, a fim de estes poderem ter uma habitação e uma vida estável.

2022-11-10 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Os elevados custos do combate à epidemia da COVID-19 e o impacto negativo na população e na economia da RAEM resultantes das medidas sanitárias exageradamente restritivas”

Referi neste hemiciclo, há cerca de quatro meses, que o Governo adoptou, para a gestão da pandemia causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2, medidas restritivas de direitos e liberdades de elevado grau e sem indagações quanto à sua legalidade e / ou constitucionalidade, que se têm reflectido negativamente, ao longo destes quase três anos da RAEM principalmente nas PME e com nefastas consequências na saúde mental da população.

Neste processo, a administração tem custeado, desde o seu início, as despesas do combate à epidemia da COVID-19, que já ultrapassaram os 1600 mil milhões de patacas, envolvendo não só os testes de ácido nucleico generalizados em massa, como também os múltiplos testes rápidos de antigénio, o uso de equipamento para a mediação da temperatura corporal à entrada dos serviços públicos e escolas, as despesas com o pessoal nos postos fronteiriços e respectivo equipamento para monitorização dos códigos de saúde e temperatura dos cidadãos, as despesas com quarentenas e isolamentos de passageiros chegados à RAEM, as despesas com as máscaras para distribuição à população, as despesas com o pessoal e equipamento para limpeza e desinfeção de locais públicos e privados, para além dos custos associados à implementação de aplicações e infraestrutura informática na monitorização da população.

Importa, aqui referir, o recente um único caso de infecção importada, que resultaram em duas testagens de ácido nucleico em massa (toda a população), custando milhões e milhões de patacas, que se traduz em gastos dispendiosos para orçamentos que terão que ser geridos prudentemente, e com limites.

No entanto, e no que concerne às medidas de implementação restritivas decorrentes da pandemia da COVID-19, e como já aqui referi por várias vezes, nomeadamente na minha última intervenção, estas tem assumido um carácter discriminatório, e errático, com respostas desadequadas, e despropositadas, para o número de infecções registadas.

Neste contexto, aproveito a oportunidade para voltar, mais uma vez, a solicitar ao Governo que no âmbito da transparência governativa nos informe qual a política que irá adoptar para o 69º Grande Prémio de Macau, e para o 22º Festival de Gastronomia de Macau, caso se verifiquem novas infecções, mesmo que reduzidas, qual o montante

disponibilizado (pelo IDM) a cada piloto estrangeiro para participar no Grande Prémio, qual o período de quarentena a que estarão sujeitos esses pilotos para que estejam habilitados a competir no evento, e quais as medidas que irão ser adoptadas no Festival de Gastronomia que justifiquem a diferença de tratamento que foi adoptada recentemente para o Festival da Lusofonia.

Será importante que o Governo concentre os seus esforços para que a RAEM retorne à situação de normalidade, implementando neste processo de reabertura, nas diversas dimensões, quer a nível social e económico com o objectivo de melhorar os aspectos negativos produzidos pela pandemia, principalmente as PME que estão cada vez mais fragilizadas com as prolongadas referidas medidas restritivas.

Deve-se apostar fortemente nas campanhas de vacinação e em simultâneo com a implementação de uma redução significativa das regras drásticas de isolamento no território, substituindo, por exemplo, o isolamento obrigatório em hotéis por quarentenas domiciliárias, ou, nessa impossibilidade, reduzindo para três o número de dias necessários de confinamento obrigatório para observação médica, à semelhança do que já acontece em outras regiões e países, para que a RAEM volte à normalidade.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 10.11.2022

Desenvolvimento de serviços 5G

Foram concedidas licenças 5 G, válidas por 8 anos, à *China Telecom* e à *CTM*. Isto significa, finalmente, o início dos serviços 5G, pelos quais a sociedade luta há anos, e a *CTM* foi a primeira a anunciar o lançamento destes serviços a partir do dia 14 deste mês. A inovação científica e tecnológica é a palavra-chave e a mais usada no Relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China. Refere-se claramente, nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, a promoção da construção do Corredor Inovador Tecnológico de “Guangzhou-Shenzhen-Hong Kong-Macau”, e a “investigação científica e tecnológica e de produção de alta qualidade” também está entre as quatro principais indústrias que Macau está a promover. Pelo visto, o desenvolvimento de redes e serviços 5G é crucial para o desenvolvimento a longo prazo de Macau, não só para atingir o objectivo de construir uma cidade inteligente, mas também para acelerar o ritmo da integração no desenvolvimento da Grande Baía, promover a diversificação adequada da economia e acelerar a transformação industrial de Macau.

No Interior da China, os serviços 5G foram lançados em 2019, e em Hong Kong e Taiwan em 2020, portanto, Macau está a ficar muito para trás. Esta tecnologia caracteriza-se pela alta velocidade, baixa latência e elevada conectividade. Olhando para a experiência das outras regiões, a aplicação da 5G pode criar várias cadeias industriais, pois é suporte para a aplicação dos resultados da investigação científica no comércio, criando-se assim mais oportunidades para as indústrias. Por isso, após a atribuição das licenças, o Governo tem de acelerar o passo, fazer bem o planeamento da construção da rede, definir o plano de acção, apressar a construção das infra-estruturas, e criar mais situações de utilização, para a 5G mobilizar o desenvolvimento dos quatro pilares industriais, em prol da diversificação económica. O Governo está a dar prioridade aos serviços 5G e à atribuição das licenças, para beneficiar quanto antes os residentes e lojistas. Isto é necessário, mas a produção da lei das telecomunicações, a convergência das licenças, e os activos da concessão também são importantes para o desenvolvimento do sector. Devido ao grau de complexidade, estes trabalhos não foram concluídos aquando do lançamento dos serviços 5G, os problemas têm de ser resolvidos, mas o Governo ainda não tem uma calendarização. Espero que apresse o andamento, resolvendo as dificuldades e concluindo quanto antes o processo legislativo, no sentido de melhor promover o desenvolvimento das telecomunicações e da 5G.

Com a normalização da epidemia, os residentes de Macau têm cada vez mais oportunidades de acesso à *internet*, para a recepção de informações, exibição de códigos de saúde, leitura de códigos de local, marcação de testes de ácido nucleico, e para a utilização de serviços electrónicos, como a “Conta única”, só que muitos idosos têm dificuldades com a *internet* e com os telemóveis

inteligentes. Com o desenvolvimento contínuo da sociedade e o avanço constante da ciência e tecnologia, o Governo deve prestar mais atenção aos idosos, aumentar o seu contacto com as tecnologias, nomeadamente a 5G, para estes poderem acompanhar os tempos e usar bem os telemóveis inteligentes. As tarifas e a qualidade dos serviços de telecomunicações têm sido sempre a preocupação principal da população, portanto, espera-se que o Governo continue a fazer bem a fiscalização, para garantir a razoabilidade das tarifas e a estabilidade dos dados móveis, e ainda promover, junto das empresas de telecomunicações, o lançamento de um plano de benefícios 5G destinado às pessoas idosas, portadoras de deficiência e às camadas mais vulneráveis, com vista a ajudá-las a integrar-se melhor na vida digital.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 10.11.2022

Reforço contínuo das acções de sensibilização e educação sobre a segurança nacional

Há dias, o Governo divulgou o relatório final da consulta pública sobre a revisão da Lei n.º 2/2009 (Lei relativa à defesa da segurança do Estado), e das 5937 opiniões e sugestões recolhidas, acabaram identificadas 111 mil e 49 opiniões. De facto, nas várias sessões de consulta junto dos diversos sectores da sociedade, participaram bastantes cidadãos, e o Governo também realizou acções de divulgação através de diferentes meios, tendo a sociedade apresentado activamente as suas opiniões. A consulta foi plena e ampla, e os resultados têm grande representatividade, mais de 93 por cento concordam com a revisão da lei e são muito poucos os que discordam, o que demonstra que a revisão da lei obteve o apoio geral da sociedade.

Esta consulta é também uma grande lição de educação sobre a segurança nacional, para o público em geral poder conhecer as leis e a importância da defesa da segurança nacional. Alguns cidadãos, por desconhecerem as leis de Macau, especialmente a lei penal e a legislação sobre a defesa da segurança do Estado, têm certas dúvidas e preocupam-se com a eventual queda nas malhas da lei por engano. No entanto, através da explicação e da interpretação das leis por parte das autoridades, obtiveram-se respostas claras e precisas para se confiar na Lei da segurança nacional. Espero que o Governo continue a divulgar a lei através de diferentes meios.

Como se conclui no relatório, o trabalho de defesa da segurança nacional deve ser constante. O Governo deve continuar a reforçar a sensibilização e a educação sobre a segurança nacional, e reforçar a consciência da sociedade para a defesa da segurança. Esta deve ser um dever, e o amor pela Pátria deve ser cultivado desde a infância. Para os alunos poderem conhecer a fundo a Lei relativa à defesa da segurança nacional, muitas escolas primárias e secundárias realizaram palestras temáticas sobre a lei durante o período de consulta, explicando aos alunos o espírito, o rumo e o significado da sua revisão. Espero que o Governo continue a apoiá-las na organização destas actividades, para que os alunos conheçam melhor a importância desta lei, e que reforcem a consciência sobre a segurança nacional e o conceito de que todos têm a responsabilidade de defender a segurança do Estado.

Por fim, espero que o Governo conclua, quanto antes, a elaboração da proposta de revisão da referida lei e a entregue à AL, para que a mesma seja concluída rapidamente, com vista a aperfeiçoar o sistema de segurança do Estado, concretizando assim o “conceito geral da segurança nacional” definido pelo Governo Central.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 10.11.2022

Aperfeiçoar a governação electrónica e elevar a eficiência da acção governativa

Nos últimos anos, o Governo empenhou-se na construção da cidade inteligente, no desenvolvimento do governo electrónico, e na criação de uma Macau digital. Com a entrada em vigor e a implementação de diversos diplomas legais, como a Governação electrónica e a Regulamentação da governação electrónica, passou a haver protecção legal para o desenvolvimento do governo electrónico.

O Governo implementou medidas para manter o número de funcionários públicos, e com a manutenção deste número e da estrutura do governo, a governação electrónica passou a ser um dos trabalhos mais importantes para a promoção da reforma da administração pública. O Relatório das LAG para 2021 refere que o governo electrónico vai ser o ponto de partida da reforma da administração pública, promovendo a construção de um governo digital e elevando a eficiência administrativa. No entanto, os trabalhos respectivos estão ainda numa fase inicial, registando-se alguma discrepância entre os diversos serviços públicos, e a partilha de informações interserviços precisa de ser melhorada. O Governo ainda não conseguiu apresentar um plano claro para o rumo dos trabalhos do governo electrónico, e tudo isto está a limitar o respectivo desenvolvimento.

Na minha opinião, para além da integração da tecnologia na governação, há que mudar radicalmente o modo de governação e de cooperação interserviços no âmbito do governo electrónico e na promoção do processo de transformação da digitalização do governo, pois é preciso construir um sistema completo de coordenação, planeamento, implementação e avaliação do desenvolvimento do governo electrónico, dando importância à resolução dos problemas de concepção, desde o topo até à regulamentação dos critérios e construção integrada da plataforma, entre outros. O aprofundamento do desenvolvimento do governo electrónico é acompanhado pelos riscos, sendo necessário reforçar a consciência sobre a segurança cibernética, aperfeiçoar os mecanismos sobre o relatório e o tratamento de ocorrências, reforçar a formação de pessoal, e combater os riscos de fuga de dados e os ataques cibernéticos.

A promoção do governo electrónico e a construção de um governo digital não são objectivos finais, são sim um meio para melhorar a prestação dos serviços públicos e reforçar a participação do público, a transparência da governação e a aceitação deste trabalho pela sociedade. Assim, para além de assegurar que os funcionários públicos possuem as competências necessárias para a prestação contínua de serviços electrónicos estáveis, é ainda necessário assegurar que todas as pessoas, incluindo os idosos, pessoas portadoras de deficiência e outros grupos sociais, tenham acesso aos serviços *online*, para evitar que estes grupos

sejam ignorados ou marginalizados devido à construção de uma cidade inteligente.

Os diplomas legais sobre o governo electrónico já estão em vigor há mais de dois anos, e a Conta Única já foi lançada há cerca de quatro. O Governo deve proceder, oportunamente, a estudos específicos, e efectuar um balanço sobre os resultados do desenvolvimento do governo electrónico, o grau de aceitação e a participação da sociedade, e o rumo a seguir, com vista a promover um governo electrónico mais eficiente, fiável e abrangente, em prol da população e do ambiente empresarial.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 10.11.2022

O sector da pesca de Macau continua a ser afectado devido à epidemia e espera que o Governo analise a situação e lhe preste apoio adequado

A epidemia continua a ter diferentes níveis de impacto nos diversos sectores de actividade, e o da pesca é um dos mais afectados. Devido ao período de defeso e com a epidemia dos últimos anos em Macau e nas regiões vizinhas, o Governo aplicou algumas medidas preventivas em relação às embarcações de pesca, e Zhuhai impôs também várias restrições às embarcações de pesca de Hong Kong e Macau para as idas ao mar, o que impediu os pescadores de operar no mar durante a maior parte do tempo nos últimos anos; e devido à subida vertiginosa do preço do petróleo, as respectivas medidas preventivas aumentaram os custos do transporte marítimo, e as dificuldades económicas são óbvias.

Olhando para outras regiões, por exemplo, o Interior da China, Hong Kong e Taiwan, durante a epidemia, foram prestados diversos tipos de apoio à indústria da pesca. Em Hong Kong, recentemente, o governo, tendo em conta o impacto contínuo da epidemia para a pesca local, decidiu recorrer ao “Fundo de Prevenção e Combate à Epidemia” para atribuir aos proprietários de barcos de pesca qualificados um apoio financeiro adicional, no valor de 80 mil.

Em Macau, durante a epidemia, o Governo lançou várias vezes o “Plano de apoio pecuniário para aliviar o impacto negativo da epidemia nos trabalhadores, profissionais liberais e operadores de estabelecimentos comerciais”, mas no caso do sector da pesca, só é concedido apoio às pessoas que tenham concluído o “Plano de formação para pescadores durante o período de defeso da pesca”, com a confirmação da DSAL ou dos Serviços Marítimos e de Água, portanto, os proprietários das embarcações não estão incluídos. Segundo o Governo, este apoio não lhes é atribuído porque não efectuam o registo comercial nos Serviços de Finanças. Na prática, fazer esse registo levanta problemas muito complexos, porque, de acordo com as políticas do Interior da China, se os proprietários das embarcações de pesca de Macau efectuarem o registo comercial em nome de empresas, não podem pescar nas águas do Interior da China, e é por isso que não o fazem.

O sector da pesca já falou várias vezes com o Governo sobre a situação, e a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública da AL também refere a situação no seu relatório sobre o “acompanhamento da segurança marítima de embarcações de pesca e do desenvolvimento da pesca”. No entanto, o Governo ainda não prestou a devida atenção ao assunto, nem efectuou qualquer estudo para a sua resolução adequada. Pode tomar-se como referência a solução de Hong Kong, ou seja, os barcos de pesca podem operar nas suas águas territoriais desde que tenham licenças de funcionamento e certificado do direito de propriedade emitidos pelo *Marine Department*, e também podem beneficiar de diversos benefícios e medidas de apoio à pesca com base no

registo. Esta solução veio resolver as restrições à pesca comercial impostas pelo Interior da China para os barcos vindos de fora.

Existem 126 embarcações registadas em Macau que alimentam muitas famílias, e os pescadores, de um modo geral, são idosos, portanto, é difícil mudarem de sector. Tendo em conta o grande impacto que os proprietários das embarcações sofrem durante a epidemia e que, raramente, beneficiam das medidas de apoio do Governo, espera-se que este, com base no registo das embarcações de pesca nos Serviços Marítimos e de Água, preste apoio adequado aos pescadores e aos proprietários de embarcações afectados.

Por último, gostaria de salientar que o sector da pesca foi um importante pilar da economia de Macau. Embora, com o desenvolvimento social, não esteja tão próspero como antes, enquanto “indústria de primeiro nível” tradicional de Macau continua a ter algum valor para o abastecimento de marisco e para a economia e a sociedade de Macau. Espera-se que o Governo dê importância ao desenvolvimento da pesca em Macau, crie um serviço específico, e reveja o Fundo de Desenvolvimento da Pesca, para estudar, apoiar e promover as políticas de desenvolvimento do sector, elevar a sua capacidade operacional, e criar mais espaço para a diversificação adequada da economia de Macau.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 10.11.2022

Enriquecimento dos elementos turísticos em prol da recuperação económica

A população espera uma rápida recuperação do sector do turismo de Macau, afectado pela epidemia do novo coronavírus desde há três anos. Graças à elevada importância e ao apoio dado pelo Governo Central, o Governo da RAEM anunciou há dias que, após três anos de suspensão, a emissão de vistos electrónicos e as excursões turísticas a Macau para visitantes de “quatro províncias e uma cidade do Interior da China” iam ser retomadas, respondendo às aspirações dos residentes com medidas práticas.

Actualmente, é importante impulsionar a chegada a Macau de visitantes do Interior da China, mas ao mesmo tempo Macau deve preparar-se para a chegada, no futuro, de visitantes internacionais e das outras províncias chinesas, em prol da revitalização imediata do sector do turismo após a estabilização da epidemia, e da revitalização da economia por via do alargamento da procura externa.

Enquanto cidade portadora de dois “cartões-de-visita”: “Centro de turismo e de lazer a nível mundial” e “Cidade gastronómica”, Macau deve fazer bom uso da direcção de desenvolvimento do seu posicionamento como “um centro, uma plataforma, uma base” dado a Macau pelo País, e também um bom trabalho na promoção desses dois cartões-de-visita, para mostrar aos visitantes o verdadeiro encanto de Macau, a par de constituir uma melhor base para desenvolver a diversificação adequada da sua economia e para caminhar, mais rapidamente, rumo ao seu objectivo da transformação num centro internacional de turismo e lazer.

Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. O Governo deve aproveitar as medidas benéficas para Macau implementadas pelo Governo Central, enriquecer a integração transfronteiriça do “Turismo +” e dar aos turistas uma melhor experiência. Como as excursões costumam seguir os itinerários e pontos turísticos típicos, sugiro às agências de viagens que informem as autoridades sobre os programas e itinerários, para prevenir, com a maior precisão, a epidemia. Mais, os serviços competentes devem promover e propor itinerários ligados aos outros pontos turísticos, zonas de compras e centros de gastronomia, para além dos itinerários típicos, o que pode contribuir para recuperar a economia das respectivas zonas e impulsionar o contacto com os novos pontos turísticos. Durante este processo, o Governo até pode disponibilizar um pouco de abonos para estimular o consumo. Pode ainda incentivar o sector a lançar excursões temáticas, para casamento, por exemplo, criando assim uma nova experiência de viagem, e promover a cooperação intersectorial. Isto vai acarretar muitos benefícios.

2. Há que tirar proveito das vantagens geográficas de Macau e Hengqin, explorando, em conjunto, os recursos turísticos das ilhas à volta e criando percursos característicos, por exemplo, turismo marítimo, viagens individuais em barcos de recreio, visitas à Zona de Cooperação Aprofundada e passeios pela Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau para grupos turísticos, com paragem para fotos na ilha artificial.

3. O Governo deve reforçar a publicitação, além das Ruínas de São Paulo, de outras atracções, como o Farol da Guia, a Aldeia Cultural de A-Má, o Pavilhão do Panda, etc. Os serviços competentes podem destacar fotógrafos profissionais para estes locais, para produzir fotografias originais, garantindo-se assim experiências diferentes para os turistas.

4. Há que persistir na organização de mais eventos culturais e festivos, reforçar a imagem de Macau enquanto destino turístico saudável e agradável, e apresentar melhor a rica cultura subjacente ao centro histórico e o encanto da gastronomia. Isto para promover a construção do centro mundial de turismo e lazer e a retoma económica.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 10.11.2022

Há que divulgar, quanto antes, a utilização justa dos activos da concessão de telecomunicações e a atribuição das licenças de convergência, a fim de garantir o desenvolvimento saudável do sector e a verdadeira liberalização do mercado

Em 30 de Junho deste ano, o Governo lançou o concurso público para atribuir, no máximo, quatro licenças de 5G, mas foram recebidas apenas duas propostas apresentadas pela Companhia de Telecomunicações de Macau e pela China Telecom (Macau), e, como se esperava, às duas operadoras foram atribuídas as respectivas licenças de operação, com validade de oito anos. Isto representa a conclusão do moroso processo de atribuição de licenças de 5G.

Em 2 de Janeiro de 2020, ou seja, menos de duas semanas após a tomada de posse, o Chefe do Executivo Ho Iat Seng visitou os Serviços de Correios e Telecomunicações e exigiu expressamente acelerar o lançamento dos serviços de 5G. No seu primeiro relatório das LAG, afirmou-se o seguinte: “reforçaremos as novas construções da rede 5G e do centro de dados, e empenhar-nos-emos em transformar a RAEM numa das regiões mundialmente mais avançadas em termos de utilização de tecnologias informáticas para a concretização de ‘Macau Inteligente’”. Segundo as LAG da área de Transportes e Obras Públicas para o mesmo ano, os Serviços de Correios e Telecomunicações iam concluir a elaboração do Regime de convergência de redes e serviços de telecomunicações (nova Lei de telecomunicações) e do Regime das radiocomunicações, promover o respectivo processo legislativo e rever o “Aditamento à Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações”.

Naquela altura, a sociedade e as operadoras depositavam expectativas nessas iniciativas. O actual Governo está determinado em eliminar os dois grandes obstáculos que obstruem o desenvolvimento do sector das telecomunicações, para as operadoras poderem utilizar, de forma justa, os activos da concessão e emitir, quanto antes, as licenças de convergência. Mas o Governo ainda não apresentou qualquer solução nem calendarização concreta.

Quanto aos activos da concessão das telecomunicações, em 2009, o Governo celebrou com a CTM o “Contrato de Concessão”, o qual previa que esta devia submeter o inventário dos activos da concessão à aprovação do Governo até 31 de Dezembro de 2011, estipulando expressamente que as outras operadoras podiam utilizar, de forma justa, os activos da concessão mediante pagamento, mas, tal não foi concretizado. Esta questão não foi tratada seriamente tanto na revisão intercalar em 2016 como no termo do contrato em 2021, e, em 2021, até foi assinado um contrato de “1+1” para a prorrogação do prazo do contrato por dois anos, o que contraria totalmente a intenção original de liberalização do mercado da rede fixa.

Em 2013, o Governo afirmou que a futura licença ia ser considerada na direcção da “convergência” ou “integração das três redes”; em 2019, o Governo lançou uma consulta pública sobre as licenças de convergência de redes e serviços de telecomunicações, propondo a divisão das licenças em duas: rede básica e serviços, sendo a primeira responsável pela construção das redes e estações de base, e a segunda pela prestação de diversos serviços. No final de 2021, os Serviços de Correios e Telecomunicações adjudicaram, de repente, o serviço de consultadoria do “Plano de desenvolvimento e reforma das telecomunicações de Macau” à Universidade de Correios e Telecomunicações de Nanjing, cujo conteúdo abrange o “licenciamento de 5G”, o “relatório de estudo sobre o desenvolvimento do mercado das telecomunicações de Macau” e “sugestões para a gestão dos activos da concessão dos serviços de telecomunicações”. Numa resposta a uma interpelação minha, os CTT afirmaram que os resultados desse serviço de consultadoria iam ser obtidos no primeiro semestre de 2023, e que o Governo ia proceder a uma análise pormenorizada dos mesmos, para servir de referência na elaboração das políticas de telecomunicações.

Nos últimos anos, o Governo apresentou várias propostas para o desenvolvimento de novos sectores e da tecnologia de informação, mas todos necessitam de uma rede de telecomunicações de alta velocidade, estável e barata. Mas, das quatro operadoras de telecomunicações móveis de Macau, apenas duas participaram no concurso “5G”, o que reflecte a atitude de indecisão do Governo ao longo dos anos em relação à política de telecomunicações, pelo que os operadores perderam a confiança no investimento contínuo nesse sector. O “Contrato de Concessão” termina em 31 de Dezembro de 2023, por isso, o Governo deve aproveitar esta oportunidade para divulgar, o mais cedo possível, o plano de desenvolvimento do sector das telecomunicações, a fim de garantir a utilização justa dos activos da concessão pelos diferentes operadores. Deve ainda divulgar, quanto antes, o calendário legislativo para a nova lei das telecomunicações e a emissão da licença de convergência, para o sector poder planear e preparar bem os seus investimentos, consolidando-se a base para o desenvolvimento saudável, a longo prazo, do sector das telecomunicações de Macau. O Governo deve promover o desenvolvimento saudável deste sector através de uma concorrência leal e eficaz do mercado, para os utentes poderem dispor de serviços de telecomunicações de boa qualidade, estáveis e a baixo preço.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 10.11.2022

Melhorar o sistema do código de saúde para reduzir as anomalias e a plataforma de apoio e consulta de informações, para dar resposta aos residentes de forma mais eficaz

Para prevenção da epidemia, o Governo lançou, nestes últimos anos, a aplicação móvel do código de saúde de Macau para identificação, por via das cores verde, amarelo e vermelho, das diferentes categorias de risco, com vista a restringir as actividades em aglomeração ou transfronteiriças de indivíduos em risco de infecção. Além disso, o código tem também funções de registo de viagens e verificação dos riscos, actualmente, é uma prova relevante das deslocações diárias dos residentes, pois muitos estabelecimentos quer públicos quer privados exigem a apresentação do código de saúde verde e o registo de viagem. Portanto, a estabilidade deste sistema é muito importante, caso contrário, a vida dos residentes é seriamente afectada.

Segundo alguns residentes, desde a noite de 8 de Novembro, o código de saúde esteve instável, e ontem funcionou mesmo mal durante muito tempo. Em resultado disso, muitos residentes foram impedidos de entrar em estabelecimentos devido à falta do código de saúde, e como era hora de ponta nos postos fronteiriços, muitos trabalhadores e estudantes ficaram retidos. Já não é primeira vez que isto acontece. No ano passado, houve atrasos numa testagem em massa devido à paralisação do código de saúde durante várias horas, causando longas esperas e caos. Após o incidente, na resposta à minha interpelação, os serviços competentes afirmaram que, para garantir o funcionamento, iam criar um sistema de *backup* para o código de saúde no Centro de Dados dos SAFP; entretanto, o trabalho já está concluído, mas ainda há avarias de vez em quando.

O público ainda não sabe qual é a verdadeira causa e quais as soluções a adoptar em relação à avaria do código de saúde. A Polícia Judiciária já afirmou que não recebeu qualquer notícia sobre o incidente, e que parece não ter havido qualquer ataque malicioso. Segundo os serviços competentes, a avaria durante a tarde deveu-se a um aumento repentino e anormal da carga num curto espaço de tempo, que resultou num congestionamento do servidor. Afinal, quais são os problemas do sistema? Por que é que havendo um sistema de reserva, o mesmo não conseguiu manter o seu funcionamento normal ou, pelo menos, ter recuperado logo após a avaria? Solicito ao Governo que procure, com toda a seriedade, o cerne da questão, aperfeiçoe as instalações físicas e o sistema, e tome a iniciativa de esclarecer a sociedade quer sobre as razões que levaram ao incidente quer sobre o projecto de optimização, evitando que as avarias afectem, novamente, a vida da população. Nos últimos anos, o Governo tem aplicado mais tecnologias informáticas na área da saúde, para optimizar os serviços, incluindo o processo clínico electrónico, a marcação prévia, a visualização de informações relativas à saúde individual, etc., por isso, é muito importante criar uma base de

rede informática sólida, e espero que o Governo proceda bem à construção dos equipamentos e ao melhoramento do sistema da rede, a fim de facilitar a vida dos residentes.

Para além da divulgação de informações sobre a epidemia através de conferências de imprensa e da plataforma *online*, as autoridades criaram também linhas abertas e plataformas electrónicas de consulta e de apoio *online* para os residentes. Mas, de vez em quando, há residentes que se queixam de, mesmo não havendo casos de infecção local, as linhas telefónicas estarem sempre ocupadas, de ninguém atender, de as chamadas serem transferidas e de acabarem sem ninguém as atender. Quanto às pessoas que recorrem ao email ou à plataforma de consulta para pedir ajuda, em alguns casos, as respostas chegaram tarde ou não se responde directamente às questões colocadas. Entende-se que o volume de trabalho é muito grande e que os serviços se esforçam por melhorar, no entanto, devido à constante mudança das informações sobre a prevenção da epidemia, e como os trabalhos também têm de contar sempre com a colaboração da população, espero que as autoridades melhorem os métodos, aumentem em tempo oportuno o número de linhas telefónicas, e optimizem as funções da plataforma de consulta para responder, atempada e eficazmente, às dúvidas dos cidadãos, ajudando-os a resolver os problemas.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 10.11.2022

Dar importância e implementar as medidas de segurança na construção civil

Registaram-se, recentemente, duas mortes na construção civil. Segundo a DSAL, em Setembro deste ano, aquando das visitas de inspecção à segurança e saúde ocupacional a 427 estaleiros da construção civil ou locais onde se realizam obras, foram apresentadas 58 recomendações de melhoria e aplicadas 11 sanções, devido, principalmente, à falta quer de medidas de protecção colectiva em zonas altas quer de segurança no uso da electricidade. É de alertar que, no dia 8 deste mês, também se registaram em Hong Kong dois acidentes na construção civil que resultaram em mortes.

Segundo o “Relatório de Análise Estatística sobre Acidentes de Trabalho” da DSAL, em 2011, registaram-se 4878 vítimas de acidentes de trabalho, 527 no sector da construção civil, ou seja, 10,8% do total, ocupando o terceiro lugar na lista dos acidentes de trabalho. No ano passado, 8 das 15 vítimas mortais trabalhavam na construção civil, e o número de vítimas mortais neste sector foi superior a metade do total das vítimas.

Macau vai atingir, muito em breve, um novo pico no sector da construção civil, pois, nos últimos anos, este sector tem introduzido diversos equipamentos electromecânicos, especialmente de alta tecnologia, novas formas de construção e nova maquinaria para concluir os projectos de infra-estruturas. Assim, com vista a garantir melhor a segurança dos trabalhadores da construção civil, é necessário reforçar a fiscalização sobre a segurança dos estaleiros e das operações electromecânicas, pois há que recorrer a todos os meios para reduzir os acidentes. O Governo deve reforçar as normas sobre a coordenação da execução das obras e a gestão da segurança dos estaleiros, para garantir que os empreiteiros avaliem cuidadosamente os trabalhadores antes de os contratarem, pois é necessário determinar as suas capacidades técnicas e a sua consciência em relação à segurança. Para além disso, o Governo deve aperfeiçoar os mecanismos de formação e fiscalização sobre segurança ocupacional, proceder a inspecções periódicas, e exigir aos empreiteiros que assegurem formação sobre segurança ocupacional para os seus trabalhadores.

A segurança ocupacional é muito importante em qualquer sector, e no sector da construção civil há que duplicar a atenção. Há tempos, a DSAL colaborou com o Secretário para os Transportes e Obras Públicas no “Plano de incentivos a projectos de segurança”, segundo o qual às empreitadas públicas com orçamento superior ou igual a 10 milhões de patacas é atribuído um montante mensal para a aplicação das medidas de segurança, e esse montante varia tendo em conta o desempenho do empreiteiro e a avaliação da formação ao nível da segurança. A concretização do referido projecto veio reforçar significativamente a atenção dos

empregadores em relação à sensibilização para a segurança ocupacional e respectiva protecção. No entanto, para as obras com orçamento inferior ao referido ou para as obras privadas, sugiro que o Governo implemente projectos de segurança semelhantes ao referido, com vista a estimular os esforços ao nível da segurança por parte de pequenas empresas, de particulares ou noutros tipos de obras, tudo para salvaguardar a segurança da vida dos trabalhadores da construção civil, através da optimização das condições materiais de segurança, entre outras medidas externas.

Continuamos a enfatizar a segurança na construção civil, exigindo aos empregadores que forneçam garantias de segurança suficientes aos trabalhadores, mas, ainda assim, continuam a registar-se acidentes devido à falta de medidas de protecção. Perante isto, o Governo deve verificar se os actuais mecanismos sancionatórios conseguem surtir os devidos efeitos dissuasores.

A segurança na construção civil é construída com base em garantias de segurança suficientes, na consciência do pessoal e em mecanismos punitivos rigorosos. Espero que Macau seja a perfeição da segurança no sector da construção civil.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 10.11.2022

Promoção do desenvolvimento da indústria metaverso em prol do impulsionamento da diversificação adequada da economia de Macau

O desenvolvimento económico de Macau tem sido duramente atingido pela epidemia e a população ficou mais atenta e consciente em relação aos problemas da estrutura económica de Macau e do caminho de desenvolvimento a seguir.

O Governo, com o apoio do Governo Central, tem empregado esforços para promover o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, e os resultados estão à vista de todos. Os resultados das quatro indústrias emergentes não param, a saber, "investigação científica e tecnológica e de produção de alta qualidade", "medicina tradicional chinesa e de outras marcas de Macau", "actividades culturais, convenções, exposições e comércio" e "finanças modernas", e o desenvolvimento destas indústrias vai ajudar a nossa economia rumo à sua diversificação adequada.

Há dias, a Zona de Cooperação Aprofundada divulgou os benefícios fiscais para o desenvolvimento do metaverso, para apoiar os estudos científicos, a importação de profissionais e as empresas desta área. Os benefícios abrangem os impostos sobre o rendimento de pessoas singulares e de empresas, e o imposto sobre o valor acrescentado. Garante-se assim o apoio em todas as etapas do ciclo do desenvolvimento, nomeadamente, a concentração de empresas, captação de profissionais da área da investigação, expansão das empresas, optimização das cadeias industriais e a comercialização, no sentido de acelerar e reforçar o respectivo desenvolvimento.

Sugere-se que seja considerada a possibilidade de disponibilizar formas apropriadas de apoio financeiro às empresas de alta tecnologia, tais como as de metaverso, especialmente nas fases iniciais de investigação e desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento empresarial, para conceder financiamento apropriado sem juros, etc. As instituições financeiras também podem prestar apoio adequado em termos de ofertas de crédito, atraindo empresas de alta tecnologia, como as de metaverso, para se aglomerarem, estabelecerem e prosperarem na zona de cooperação aprofundada.

A 5G já chegou a Macau, e vai contribuir para acelerar o desenvolvimento do metaverso e conjugar eficazmente o seu desenvolvimento com o turismo, para mostrar o encanto turístico de Macau e aumentar a sua atractividade, criando o turismo inteligente e oferecendo um grande espaço para o desenvolvimento da economia turística.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 10.11.2022

Prestar atenção aos idosos e grupos desfavorecidos, atender às solicitações da sociedade, criar postos de trabalho, e alcançar um melhor desempenho socioeconómico

Há dias, o Instituto de Acção Social divulgou as despesas do ano passado com as instalações e serviços para os idosos, nomeadamente, lares de idosos, serviços de proximidade, apoio aos cuidadores e apoio para as deslocações, beneficiando 60 mil idosos. Estes serviços continuam a não corresponder à procura, pois o montante do financiamento do ano passado foi de 420 milhões de patacas, quase 2,5 vezes menos do que as despesas com o combate ao surto de 18 de Junho, isto é, 1100 milhões de patacas.

Os factos evidenciam que o Governo e os serviços competentes têm recursos suficientes e capacidade para aperfeiçoar os serviços para os idosos, e evitar tragédias. Com o aumento e o envelhecimento da população, os cuidados aos idosos, lares e serviços ao domicílio já não conseguem responder às solicitações da sociedade. Além disso, no sistema dos serviços sociais, verifica-se uma grande falta de apoios às famílias vulneráveis, crianças com necessidades especiais, pessoas com deficiência e doentes crónicos.

O objectivo das políticas relacionadas com os idosos tem sido “promover os sentimentos de segurança e de pertença”. Para não ficar para trás, o Governo tem de reservar mais terrenos para a construção de lares e instalações de cuidados gerontológicos e de reabilitação. Há que promover o desenvolvimento do mercado privado, reforçar a reserva de profissionais em serviços sociais e introduzir tecnologias inteligentes. Tudo isto para responder às solicitações da sociedade, e concretizar, passo a passo, o objectivo “promover os sentimentos de segurança e de pertença”.

Na realidade, além do investimento, o Governo deve prestar mais atenção à sinergia da sociedade, por exemplo, promover a industrialização dos serviços sociais, através do desenvolvimento das empresas sociais, apoio às organizações não governamentais e integração dos recursos comunitários. Isto para criar novos focos de crescimento e postos de trabalho nas áreas da saúde, acção social, psiquiatria e apoio administrativo. Assim, satisfazem-se as solicitações da sociedade e asseguram-se as saídas profissionais para os jovens.

Por fim, proponho ao Governo que, com a normalização da prevenção e do controlo da epidemia, considere medidas mais adequadas, e foque o investimento e o esforço na retoma da economia e da qualidade de vida, libertando o dinamismo da economia comunitária. Por exemplo, deve destinar os recursos restantes ao reforço dos apoios e da orientação psicológica aos desempregados, idosos e famílias carenciadas, para aliviar a pressão e criar um ambiente de vida harmonioso.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 10.11.2022

Salvaguardar a segurança nacional, para apoiar o desenvolvimento a longo prazo da RAEM

No relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC), reitera-se a necessidade de “promover a modernização do sistema e do reforço da capacidade de segurança nacional e defender com firmeza a segurança nacional e a estabilidade social”. Macau, como região administrativa especial do País, concluiu em 2009 os trabalhos legislativos da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, e depois concluiu e reviu sucessivamente os diplomas legais sobre o combate à criminalidade informática, o regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência, e definiu a “Lei da cibersegurança”, o “Regime jurídico da interceptação e protecção de comunicações”, etc. Face às rápidas alterações do ambiente interno ou externo, e tendo em conta as prementes necessidades de aperfeiçoamento do sistema de segurança nacional, o Governo iniciou, em Agosto deste ano, os trabalhos de consulta pública sobre a revisão da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, e concluiu e publicou, há dias, o relatório final da consulta pública. Na minha opinião, os dados estatísticos desta consulta demonstram dois aspectos importantes: primeiro, foram recebidos mais de 6 mil pareceres e mais de 110 mil opiniões, demonstrando a total atenção e importância que a sociedade presta aos trabalhos de defesa da segurança do Estado; e em segundo lugar, 93,37% das opiniões estão a favor da revisão, o que demonstra que já se formou um amplo consenso social e que a revisão é também um desejo comum da sociedade.

Nos últimos anos, a conjuntura internacional tornou-se complexa e incerta, e registam-se muitas agitações ao nível geopolítico. Desde a guerra comercial entre a China e os EUA, o caos social na região vizinha e o recente conflito entre a Rússia e a Ucrânia, em tudo isto há interferências externas, e mais, com a persistência da epidemia, o impacto é negativo quer na economia quer na saúde pública, e tudo isto são temas importantes em disputa entre as grandes potências. Assim, os riscos e desafios para a segurança nacional estão a aumentar, destacando-se o conceito de segurança nacional apresentado pelo Presidente Xi Jinping, com os factores de segurança a passarem de tradicionais para não tradicionais. Sem segurança nacional não há estabilidade na economia e na sociedade. Macau tem uma economia aberta, portanto, deve defender bem as portas e janelas da segurança do Estado, garantindo esta segurança em novos moldes e sob um novo formato de desenvolvimento, pois é este o caminho certo para garantir o desenvolvimento sustentável da RAEM.

A defesa da segurança do Estado é responsabilidade de todos e deve estar sempre presente, por isso, devemos estar cientes da situação, continuar a consolidar a base da revisão da Lei relativa à defesa da segurança do Estado e da promoção da educação sobre a segurança nacional. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Acelerar a elaboração da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado” e dos diplomas complementares. Depois da consulta pública sobre a revisão da lei da análise profunda das opiniões e sugestões recolhidas, espera-se que se conclua o articulado da próxima fase, desenvolva os trabalhos de aperfeiçoamento das respectivas leis e regulamentos complementares, e que se continue a auscultar as opiniões dos diversos sectores, promovendo, em cooperação com a população, o aperfeiçoamento e a elevação do regime de segurança nacional.

2. Reforçar o princípio de “Macau governado por patriotas”. O patriotismo tem de ser a base da segurança nacional. Sugere-se ao Governo da RAEM que, tendo em conta este princípio, aperfeiçoe, quanto antes, as disposições legais sobre a “fidelidade”, com vista a assegurar que as elites que “amam a Pátria e Macau” sejam a corrente dominante da estrutura governativa em todos os níveis.

3. Promover a sensibilização da sociedade sobre a segurança nacional. A educação sobre a segurança nacional deve ter por base a educação sobre o amor à Pátria e deve assentar na educação cívica e moral. Para além da promoção e organização das actividades “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional”, “Introdução da Segurança Nacional nas Escolas”, etc., sugere-se o reforço dos conhecimentos dos cidadãos sobre a “perspectiva geral da segurança nacional” e o conteúdo de cada uma das áreas principais, através da educação regular e da divulgação e sensibilização jurídica, desenvolvendo os trabalhos de forma progressiva, para que a consciência sobre a segurança nacional se infiltre firmemente em todas as camadas sociais e nos residentes de todas as idades, e para que todos se tornem guardiões e sucessores da segurança nacional.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 10.11.2022

Atenção ao desenvolvimento da educação científica em Macau a curto, médio e longo prazo

Sendo uma parte importante na construção do corredor da ciência e tecnologia inovadora da Grande Baía, Macau planeia promover o desenvolvimento das indústrias emergentes, nomeadamente, a investigação e o desenvolvimento tecnológico e a fabricação de alta qualidade, na Zona de Cooperação Aprofundada, por isso, a formação de quadros qualificados locais na área científica e tecnológica e o aperfeiçoamento do ambiente de crescimento vão influenciar, em grande medida, o ritmo e o nível do desenvolvimento das respectivas indústrias, decidindo o grau e a estabilidade da integração de Macau no desenvolvimento nacional.

O Governo tem-se empenhado em criar um ambiente social que encoraje a inovação científica e tecnológica, e a educação respectiva tem sido, por várias vezes, incluída no domínio da educação constante das Linhas de Acção Governativa. A nível de estratégia, no “Plano de médio e longo prazo para o ensino não superior (2021-2030)”, o “reforço da criatividade e da educação tecnológica” vai ser o rumo de desenvolvimento importante para a próxima década, pretendendo-se ainda elevar a qualidade pedagógica e apoiar as diversas competições e actividades de generalização científica, alargando o pensamento inovador e os horizontes dos alunos. Mais, Macau dispõe de duas “bases nacionais de educação científica”, o que demonstra que reúne boas condições e recursos para a generalização científica.

Mas a reserva de talentos tecnológicos locais continua a ser uma questão essencial a resolver em prol do desenvolvimento das indústrias emergentes. Segundo a estatística, nos últimos anos apenas se inscreveram no ensino superior em ciência e tecnologia cerca de 10 por cento dos estudantes locais, o que não constitui apoio eficaz para o planeamento do futuro desenvolvimento industrial, reflectindo que ainda há espaço para melhorias na educação científica em Macau. Actualmente, o Governo recorre ao modelo de “Cooperação entre o Centro de Ciência e a Escola” para oferecer às escolas programas educativos e recursos, mas tais programas educativos, na sua maioria, são principalmente actividades de uma só vez, não podendo fornecer apoio regular em termos de aprendizagem ou actividades. Mais, quanto aos cursos especializados destinados aos professores locais, estes encontram-se geralmente numa fase básica e inicial, e estão em falta cursos de nível avançado. Como existem certas diferenças entre as escolas, ao nível de recursos e condições, os esforços empregados para tal formação variam também, resultando numa situação insatisfatória quer na divulgação da ciência quer na qualidade da educação científica e tecnológica em Macau.

Proponho o seguinte: o Governo deve, sob a base já existente, implementar

planos de trabalho, mais eficazes e claros, de curto, médio e longo prazo, para reforçar o desenvolvimento da área científica e tecnológica em Macau, elevar a qualidade da educação, criar ambiente para os talentos locais desta área e contribuir para o desenvolvimento sustentável de Macau. Quanto ao trabalho a curto prazo, o Governo deve aproveitar os recursos do *hardware* e as vantagens da rede da base nacional de educação científica em Macau e, através da cooperação regional, introduzir recursos de educação científica mais diversificados, densos e abundantes; deve ainda criar condições mais favoráveis para que as escolas possam organizar visitas regulares à base nacional de educação científica, para aumentar a frequência de acesso, as oportunidades de prática e o interesse dos adolescentes pela ciência, com vista a aumentar o número potencial de talentos na área da inovação científica e tecnológica.

Quanto aos trabalhos a médio prazo, propõe-se o aprofundamento do programa de desenvolvimento profissional para docentes e a criação de um sistema de formação faseado e gradual, para haver uma articulação com exames de acreditação de capacidades, daí um caminho claro para a elevação do nível profissional dos docentes locais e uma consolidação da qualidade da educação científica; quanto ao plano a longo prazo, propõe-se uma colaboração entre o Governo e as instituições de ensino superior, os especialistas e os académicos, para estudar e analisar as tendências das tecnologias internacionais e da generalização educacional, para criar critérios sobre os cursos regulares e os conteúdos pedagógicos do ensino não superior, e definir orientações, consoante as capacidades básicas que os alunos dos diferentes níveis de ensino devem possuir, para servirem de referência na criação dos conteúdos curriculares; mais, propõe-se a integração na educação das experiências profissionais relacionadas com as novas tecnologias, para que os jovens possam conhecê-las, quanto antes, e preparar-se para o seu futuro desenvolvimento profissional.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 10.11.2022

Acelerar o desenvolvimento do turismo marítimo para apoiar a recuperação económica

Surgida há quase três anos, a epidemia trouxe um impacto contínuo para Macau enquanto microeconomia voltada para o exterior. Com a normalização dos procedimentos de prevenção epidémica em Macau e a retoma da emissão de visto electrónico individual para entrada cá, aumentou significativamente a confiança dos diversos sectores sociais na recuperação económica de Macau.

Creio que, com o apoio das políticas do País, o número de turistas vai continuar a aumentar, o que vai impulsionar a retoma do sector turístico e de outros sectores. Assim, Macau deve preparar-se bem para explorar os diferentes produtos turísticos através do seu cartão-de-visita de “Cidade Criativa da Gastronomia” e do “Património Mundial - Centro Histórico de Macau”, para que os turistas possam sentir uma experiência diferente, e aumentar os gastos dos visitantes em Macau.

Mais, nas “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, é proposta a promoção da partilha dos recursos turísticos regionais entre Guangdong, Hong Kong e Macau, a criação de uma marca de turismo na Grande Baía e o desenvolvimento de produtos turísticos criativos. É ainda necessário apoiar Macau na exploração do turismo internacional de embarcações de recreio com as cidades vizinhas, cooperando entre elas no desenvolvimento de produtos turísticos transfronteiriços e na promoção do turismo costeiro de alta qualidade. Há ainda que acelerar a exploração tridimensional do turismo das “ilhas oceânicas, ilhas marítimas e costeiras”, explorando as ilhas desabitadas como forma de desenvolvimento do turismo e de outros serviços.

Podemos reparar que o desenvolvimento do turismo marítimo de Macau não só vai promover a cooperação entre Guangdong e Macau, mas também enriquecer os elementos de turismo e de lazer de Macau.

Pelo exposto, apresento as seguintes opiniões:

1. Com a realização de vários festivais e actividades em Macau, o final do ano está marcado como uma época alta para o consumo, pelo que sugiro ao Governo que estenda o “Festival de Luz” até ao mar, criando, assim, um novo produto de turismo marítimo. Em paralelo, que aproveite os 85 km² de áreas marítimas e os ricos recursos turísticos da Ilha de Hengqin, promovendo o turismo entre Macau e Hengqin, nomeadamente, no tocante à gastronomia e ao turismo cultural do Património Mundial, em conjugação com a aplicação de RA e RV, a fim de demonstrar a cultura humanista das duas terras e enriquecer a experiência turística dos visitantes e, para além de se revitalizar a economia, também se pode aumentar o número de postos de trabalho.

2. Como ainda surgem questões sobre a capacidade de acolhimento de turistas e a insuficiência de elementos de turismo e lazer, há que enriquecer o conteúdo de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer. O Governo deve, por um lado, acelerar os projectos definidos na Comissão Conjunta de Trabalho entre Macau e o Interior da China e, por outro, criar, a título experimental, um novo modelo de cooperação turística com as ilhas de Lingdingdao, Dongao e Wanshan, lançando, assim, alicerces para o desenvolvimento de itinerários turísticos “multidestinos”, o que contribuirá para a recuperação da economia e do turismo de Macau. Mais, é necessário acelerar a conclusão do “Estudo sobre o Zoneamento Marítimo Funcional e o Planeamento das Áreas Marítimas de Macau”, a fim de criar condições para desenvolver o turismo de cruzeiros e o turismo costeiro de alta qualidade.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 10.11.2022

Rever a situação de avarias do sistema do Código de Saúde e aperfeiçoar os planos de contingência para reduzir os impactos

Às 10 do passado dia 8, as anormalidades dos servidores do Código de Saúde de Macau levaram à impossibilidade de se criar esse código. As autoridades repararam-no e foi recuperado o seu funcionamento normal. Mas ontem ocorreram mais avarias, e algumas na hora de ponta das deslocações transfronteiriças. Com o colapso do sistema, os residentes e turistas não conseguiram passar nas fronteiras com sucesso, aliás, numerosas pessoas juntaram-se no átrio de chegada do Posto de Migração das Portas do Cerco, sendo necessário adoptar medidas de controlo do fluxo de pessoas. Alguns estudantes transfronteiriços ficaram retidos e só conseguiram entrar em Macau com a retoma do normal funcionamento do sistema. Este incidente gerou o descontentamento dos residentes e causou riscos com a concentração de pessoas, prejudicando os trabalhos de prevenção da pandemia.

O sistema de código de saúde de Macau falhou várias vezes, no entanto, o Governo não dispõe de medidas concretas para o seu aperfeiçoamento, e nada referiu sobre isto no Relatório final sobre a resposta à situação epidémica de 18 de Junho, divulgado recentemente. Será que acha que não se trata de um problema? Ou será que não sabe que existem problemas? Seja como for, as falhas sucessivas merecem, de facto, uma reflexão profunda das autoridades, a fim de evitar o impacto contínuo nos trabalhos de prevenção da epidemia e na vida da população.

É de salientar que o Código de Saúde desempenha um papel importante e insubstituível no trabalho de prevenção da epidemia, pois os residentes necessitam dele para atravessar a fronteira e entrar e sair dos espaços públicos, sendo o comprovativo da sua condição de saúde, pelo que a estabilidade do sistema é muito importante. Assim, apresento três opiniões e sugestões:

1. Face às avarias repetidas do Código de Saúde, o Governo deve dar acompanhamento sério ao assunto para procurar as suas causas e criar mecanismos de resposta a situações diferentes. Deve ainda elaborar um relatório detalhado de revisão dessas avarias e divulgar informações relativas ao andamento do seu aperfeiçoamento e às medidas de resposta.

2. A ocorrência de vários incidentes, quer por ataque malicioso, quer por avaria, demonstra que o referido sistema necessita de ser aperfeiçoado. Solicito às autoridades que procedam, quanto antes, à verificação das eventuais deficiências e riscos, procedendo, antes da realização das reparações e actualizações necessárias ao sistema, a uma avaliação prévia, nomeadamente, sobre a capacidade de carga do sistema, elaborando então um plano de contingência para eventuais acidentes, a fim de reduzir o risco de avarias.

3. Devido às avarias frequentes no sistema do Código de Saúde, sugere-se que os serviços públicos, em particular, de migração e de educação, entre outros, definam planos de contingência, segundo as suas funções, para enfrentar conjuntamente situações imprevistas, a fim de reduzir o impacto no funcionamento social e na vida da população causado pelas avarias referidas.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 10.11.2022

Dar mais um passo na construção do ciclo económico interno de Macau

Com a implementação do plano de subsídio de vida do Governo, os residentes podem levantar 8 mil patacas a partir de 28 de Outubro. Sob a epidemia, este subsídio é um apoio bastante eficaz para a população, sobretudo para a camada de base, que tem de contar com este subsídio para enfrentar a elevada inflação e a redução de rendimentos devido ao desemprego. O Governo injectou mais de 14,4 mil milhões neste plano e nas várias rondas do programa de consumo electrónico, contribuindo para promover o consumo dos residentes e revitalizar a economia, a fim de estabilizar a economia e assegurar o emprego e o bem-estar da população.

Durante a epidemia, muitos países e regiões implementaram planos semelhantes, com vista a criar um novo ambiente de consumo, por exemplo, a economia nocturna, os mercados com tendas, nos feriados e na *internet*, estimulando o consumo interno. Com o impulsionamento do mercado de consumo, foi criado o ciclo económico interno. Olhando para o desenvolvimento de Macau nos últimos anos, sob o impacto da epidemia, o Governo tem envidado esforços na prevenção, porém, a recuperação económica só depende da atribuição de subsídios ao consumo e dos investimentos públicos, e estes subsídios são, na sua maioria, gastos com os bens de primeira necessidade, não foram criados novos tipos de consumo, daí a lentidão na recuperação económica.

O consumo é uma componente importante para promover o desenvolvimento da economia interna e um suporte importante quando a economia externa não é a ideal. O Governo deve promover o desenvolvimento do mercado de consumo interno, aproveitando bem o desenvolvimento impulsionado pelo plano de subsídio ao consumo, promovendo novos tipos de consumo, e expandindo o espaço do mercado interno, para que Macau, perante um ambiente de inovação, acelere a construção de um ciclo económico interno e mantenha a estabilidade da economia.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Olhando para o novo modelo de consumo, a economia nocturna abrange um vasto leque de actividades, conseguindo a adesão de muitos residentes, especialmente o Festival de Gastronomia de Macau, realizado

ao longo dos anos e que já se transformou numa actividade representativa das actividades económicas nocturnas características de Macau. Mas, lamentavelmente, a sua duração é curta, e os benefícios para promover o desenvolvimento económico dos bairros comunitários são limitados. Proponho que o Governo, em conjugação com as medidas de apoio ao desenvolvimento de Macau tomadas pelo Governo Central, procure um local adequado para o mercado nocturno de gastronomia, o desenvolvimento permanente da economia nocturna, o alargamento do espaço de actividades socioeconómicas, e a entrada de mais forças dinâmicas para a dinamização do mercado.

2. Face ao impacto da epidemia, embora o consumo durante os feriados seja limitado, certo é que o Governo, em conjunto com o sector do turismo, disponibiliza cupões de consumo durante os feriados, organiza feiras e actividades de estudo e de passeio para pais e filhos, entre outras. Essas medidas contribuem para estimular o consumo e disponibilizar mais entretenimento, aliviar a pressão física e psicológica dos residentes, e impulsionar o desenvolvimento económico com características próprias de Macau.

3. A economia em rede é, sem dúvida, um modelo de desenvolvimento importante na era da “*Internet +*” e é também em tempos de epidemia uma nova forma de desenvolvimento económico, sendo um elemento muito importante para o futuro desenvolvimento do mercado de Macau. A economia cibernética permite que as PME rompam as barreiras, pois contribui para impulsionar directamente o consumo, e é possível que a mesma constitua uma plataforma importante para o desenvolvimento da economia quer externa quer de Macau. Sob a eficiência da rede, a logística transfronteiriça passou a ganhar importância no desenvolvimento, assim, o Governo deve aproveitar a cooperação regional e as vantagens das cidades importantes que integram a Grande Baía para acelerar a construção e o desenvolvimento de software e hardware logístico entre Guangdong e Macau, com vista a desentupir e eliminar as dificuldades no desenvolvimento do sector logístico transfronteiriço e a criar mais oportunidades para o mercado local económico na rede, impulsionando desse modo um bom desenvolvimento interactivo entre a economia interna e a economia externa.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 10.11.2022

Todas as camadas sociais de Macau têm aprendido e compreendido o espírito do relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCCh). No capítulo sobre o desenvolvimento de Hong Kong e de Macau, é referido que a China vai consolidar e elevar a posição internacional em áreas como a das finanças e da inovação científica e tecnológica, impulsionar a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e apoiar Macau a convergir melhor no desenvolvimento geral nacional. Perante estas importantes orientações e apoios, os sectores sociais devem compreender profundamente o respectivo espírito, integrar-se no desenvolvimento nacional, e aproveitar as oportunidades da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada para a diversificação adequada da economia.

O Secretário-Geral Xi Jinping salientou, no relatório, que temos de defender que a ciência e a tecnologia são forças de produção primárias, os talentos são recursos de primeira importância e a inovação é a força motriz primária, e que vamos implementar de forma profunda as estratégias de revigoramento do país mediante a ciência e a educação, de fortalecimento do país mediante a formação de talentos e de desenvolvimento impulsionado pela inovação. A grande importância dada pelo país ao desenvolvimento da inovação científica e tecnológica traz novas oportunidades para Macau, proporcionando aos jovens uma plataforma mais alta e mais ampla para se dedicarem à respectiva carreira. Com o apoio do Governo Central, Macau participou no desenvolvimento da indústria aeroespacial nacional e, pela primeira vez, foi seleccionado um especialista em carga em Macau, o que demonstrou a confiança e o apoio do país e veio aumentar a confiança dos jovens no desenvolvimento da Pátria e de Macau. Macau deve assumir a sua responsabilidade, para implementar plenamente o espírito do relatório e elevar a capacidade global de inovação científica e tecnológica, reforçar a formação de talentos nesta área, contribuir para o desenvolvimento deste sector do país e promover a diversificação das suas indústrias.

O Governo da RAEM tem considerado a inovação científica e tecnológica como uma das principais tarefas, promovendo constantemente a mesma, e a indústria de alta e nova tecnologia. O país espera que Macau seja mais proactivo na articulação entre a construção da Grande Baía e as estratégias nacionais de desenvolvimento dessa inovação. As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau têm o objectivo principal de a perspectivar como o lugar do mundo com o mais alto nível de inovação tecnológica, onde se vão alimentar as políticas importantes para as indústrias emergentes. Com o aumento rápido, nos últimos anos, do número de talentos em ciência e tecnologia do Interior da China, a aplicação da ciência e tecnologia no âmbito socioeconómico já atingiu o nível mundial.

No processo de participação na construção da Grande Baía, Macau deve reforçar a aprendizagem mútua e o intercâmbio com as cidades, adquirir experiência, aproveitar a vitalidade inovadora do conjunto de cidades da Grande Baía e as vantagens dos diferentes talentos para elevar o nível da sua inovação científica e tecnológica e preparar melhor a sua futura reserva de talentos, elaborar uma estratégia de desenvolvimento de talentos adequada à realidade local, para que as respectivas políticas de formação de talentos se possam articular com o próprio sistema de ensino, e adaptar-se melhor e promover a integração na Grande Baía, a fim de consolidar e elevar a sua própria competitividade e construir uma cidade inteligente com um desenvolvimento diversificado.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 10.11.2022

Apoiar a tecnologia de *chips*, promover a diversificação industrial através da inovação tecnológica

A tecnologia de *chips* é essencial para a sociedade da informação, pois a telecomunicação, a inteligência artificial, a 5G, a rede das coisas e os carros inteligentes têm uma forte dependência da sua produção. Neste sentido, a capacidade e a competitividade tecnológica dum país reflectem-se no nível dessa tecnologia e no papel que o país desempenha na cadeia de produção de *chips*. Recentemente, os Estados Unidos aprovaram “The Chips and Science Act of 2022”, para aumentar a produção local de *chips*, e restringir o investimento na China e Rússia por parte das empresas de *chips* subsidiadas pelo governo federal. A União Europeia está a discutir um projecto de lei sobre os *chips*, por forma a incentivar os estados-membros a investir 43 mil milhões de euros para consolidar a posição de liderança da Europa na tecnologia e produção de *chips*, no sentido de dar resposta aos riscos resultantes do fornecimento instável de semicondutores no mundo. Pode ver-se que a tecnologia de *chips* tem vantagem estratégica para garantir a expressão dum país na área da ciência e tecnologia, e é instrumento importante para salvaguardar a segurança económica.

É animador saber que o Laboratório de Referência do Estado em Circuitos Integrados em Muito Larga Escala Analógicos e Mistos, da Universidade de Macau, já tem um nível avançado internacional, e a sua equipa apresentou 45 comunicações numa das conferências mais importantes da área, a Conferência Internacional de Circuito de Estado Sólido, igualando o número de várias universidades e empresas de renome mundial, por exemplo, Intel, Samsung e Mediatek, o que demonstra a sua influência e capacidade de investigação em circuitos integrados analógicos e mistos, e vai servir de alicerce firme para a promoção da investigação tecnológica e da manufactura de alto nível. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo deve reforçar a promoção do desenvolvimento da tecnologia de *chips*, para servir de ignição para a investigação e desenvolvimento científico e tecnológico e a manufactura de alto nível, que são um dos quatro futuros pilares industriais. Em particular, deve definir políticas para reforçar o apoio ao referido laboratório de referência nacional e promover a transformação dos resultados da investigação científica. Isto para acelerar a diversificação adequada da economia e contribuir para o desenvolvimento da tecnologia de *chips* do País.

2. O Governo deve reforçar a preparação de profissionais para todas as etapas da cadeia de produção. Deve apoiar a Universidade de Macau na abertura de cursos das áreas de investigação desse laboratório, para formar mais investigadores em tecnologia de ponta. Mais, deve incentivar a parceria entre o laboratório e as empresas, para atender às necessidades do mercado e formar técnicos de aplicação, preenchendo os postos de trabalho que vão aparecendo

com a transformação dos resultados da investigação. Deve criar um regime de participação e retorno permanente para os investigadores e professores catedráticos das universidades públicas, a fim de reforçar a parceria indústria-universidade-investigação. Isto para preparar recursos humanos para a indústria da ciência e tecnologia, e criar novas oportunidades de trabalho para os residentes interessados em reconversão profissional.

3. O Governo deve reforçar o apoio à investigação e produção de *chips*, não embargados pelo Ocidente, tirando proveito da função de financiamento das finanças modernas, durante todo o processo de investigação e produção. Com a liderança do Governo e a participação da sociedade, criam-se oportunidades para a partilha de benefícios, e incentiva-se o investimento por capitais da sociedade. Assim, através do investimento na ciência e tecnologia por parte dos residentes, a diversificação industrial pode garantir efectivamente o sentimento de obtenção e satisfação.